



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

Praça Getúlio Vargas, 272, Centro  
Fone 34 3842 5880 – Fax 34 3842 5775

**DECRETO Nº 2055, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2018.**

*“Institui a apresentação periódica da Declaração de Serviços Prestados pelas Instituições Financeiras que deverá ser efetuada eletronicamente por meio do sistema de Declaração Eletrônica de Serviços de Instituições Financeiras – DES-IF, no âmbito do Município de Monte Carmelo – MG”.*

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

**DECRETA:**

**Art. 1.º** - A partir de 1.º de março de 2018, fica instituída a Declaração Eletrônica de Serviços de Instituições Financeiras – DES-IF, sistema de declaração eletrônica para registro, cálculo e emissão do respectivo documento de arrecadação do Imposto Sobre Serviços – ISS devido pelas Instituições Financeiras e equiparadas, autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, e as demais pessoas jurídicas obrigadas a utilizar o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

**Art. 2.º** - A transmissão da DES-IF, sua validação e certificação digital, serão feitas por meio do Sistema Informatizado, ambiente SIMPLISS, disponibilizado aos contribuintes, por meio da rede mundial de computadores, internet, no sítio da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo - [www.montecarmelo.mg.gov.br](http://www.montecarmelo.mg.gov.br), para a importação de dados que a compõem, das bases de dados das Instituições Financeiras e equiparadas e as demais pessoas jurídicas obrigadas a utilizar o COSIF.

**Art. 3.º** - A validação da declaração, descrita no Artigo 2.º, dar-se-á após o processamento com sucesso do arquivo transmitido à Prefeitura Municipal de Monte Carmelo.

**Art. 4.º** - A validade jurídica da DES-IF é assegurada pela certificação e assinatura digital no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras – ICP Brasil, garantindo segurança, não repúdio e integridade das informações declaradas ao Fisco Municipal.

**Art. 5.º** - A DES-IF é um documento fiscal exclusivamente digital, constituído dos seguintes módulos:





**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

Praça Getúlio Vargas, 272, Centro  
Fone 34 3842 5880 – Fax 34 3842 5775

I – Apuração Mensal do ISS que deverá ser gerada mensalmente e entregue ao Fisco Municipal até o dia 10 do mês seguinte ao de competência dos dados declarados, contendo:

- a) o conjunto de informações que demonstram a apuração da receita tributável por subtítulo contábil;
- b) o conjunto de informações que demonstram a apuração do ISS mensal;
- c) a informação, se for o caso, de ausência de movimento, por dependência ou por instituição.

II – Demonstrativo Contábil deverá ser entregue anualmente ao Fisco Municipal no mês de julho do ano seguinte ao ano de competência dos dados declarados, contendo:

- a) os Balancetes Analíticos Mensais;
- b) o Demonstrativo de rateio de resultados internos.

III – Informações Comuns aos Municípios que deverá ser transmitido anualmente ao Fisco Municipal até o dia 15 do mês de fevereiro do ano em curso e sempre que houver alterações no PGCC ou nas Tabelas, contendo:

- a) o Plano Geral de Contas Comentado – PGCC;
- b) a Tabela de tarifas de serviços da instituição;
- c) a Tabela de identificação de serviços de remuneração variável.

IV – Demonstrativo das Partidas dos Lançamentos Contábeis que deverá ser gerado anualmente até o dia 15 do mês de julho do ano seguinte ao de competência dos dados declarados, ocorrendo a entrega somente por meio de intimação do fisco, conforme prazo e conteúdo solicitado.

**Parágrafo único** - O Fisco Municipal se reserva ao direito de solicitar estes e outros dados e informações, com prazos diversos dos previstos no *caput* deste artigo, sempre que entender ser necessário para verificação de conformidade na homologação do ISS.

**Art. 6.º** - Os contribuintes que não cumprirem as obrigações previstas neste decreto, bem como as incorreções ou omissões dela decorrentes, ficam sujeitos às penalidades previstas na legislação tributária municipal vigente.

**Art. 7.º** - Os prestadores de serviços de que trata este decreto ficam obrigados ao cumprimento da obrigação acessória nele prevista, a partir de 1º de maio de 2018.

**Parágrafo único** - Os obrigados ao cumprimento desta declaração poderão utilizá-la de forma facultativa até 30 de abril de 2018.

**Art. 8.º** - O recolhimento do ISS devido deverá ser efetuado por meio do Documento de Arrecadação Municipal da Declaração Eletrônica de Serviços de Instituições Financeiras (DAM – DES-IF) gerado pelo Sistema SIMPLISS DES-IF, até o dia 15 do mês





**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

Praça Getúlio Vargas, 272, Centro  
Fone 34 3842 5880 – Fax 34 3842 5775

subsequente à ocorrência do fato gerador, ou ainda, no primeiro dia útil após o dia 15, quando este incidir em sábado, domingo ou feriado.

**Art. 9.º** - O Documento de Arrecadação Municipal da Declaração Eletrônica de Serviços de Instituições Financeiras (DAM – DES-IF) será emitido com base nas declarações nos moldes do artigo 5.º.

**Art. 10** - O pagamento do ISS após o prazo definido no artigo 8.º implicará na atualização monetária do imposto devido, acrescido de multa e juros de mora, conforme previsto na Lei Municipal n.º 082, de 30 de dezembro de 1997.

**Art. 11** - As Instituições Financeiras e equiparadas e as demais pessoas jurídicas obrigadas a utilizar o COSIF, ficam obrigadas:

I – a manter à disposição do Fisco Municipal:

- a) os seus balancetes analíticos em nível de subtítulo interno;
- b) todos os documentos relacionados ao fato gerador do ISS.

**Art. 12** - Os dados declarados no Sistema SIMPLISS DES-IF são de inteira responsabilidade dos prestadores e/ou tomadores de serviços, vedado ao Fisco Municipal a inserção, alteração e exclusão de dados.

**Parágrafo único** - O Fisco Municipal somente terá acesso à leitura dos dados declarados.

**Art. 13** - As Instituições Financeiras e equiparadas, autorizadas a funcionar pelo BACEN, e as demais pessoas jurídicas obrigadas a utilizar o COSIF, devem continuar a declarar, nos mesmos moldes em que vem declarando, os documentos fiscais recebidos referentes aos serviços tomados de terceiros, nos termos do Decreto Municipal n.º 1.127, de 1.º de abril de 2013.

**Art. 14** - Este decreto entra em vigor na data da sua assinatura.

Monte Carmelo, 15 de fevereiro de 2018.

  
**SAULO FALEIROS CARDOSO**  
*Prefeito Municipal de Monte Carmelo*

  
**BOLIMAR LUCIANO DE OLIVEIRA**  
*Procurador Geral do Município*